

Perspectivas sociológicas sobre as desigualdades brasileiras: dos preconceitos aos pressupostos

*Sociological perspectives on Brazilian inequalities:
from the prejudice to the presuppositions*

Joana Brito de Lima SILVA¹

Resumo: A desigualdade no Brasil pode ser mais visível quando se considera o aspecto econômico, a distribuição desigual de renda. No entanto ela se torna quase invisível ao analisar os pressupostos que sustentam as diferenças entre as classes sociais. Assim, os dados econômicos seriam insuficientes para explicar as razões pelas quais as pessoas de baixa renda são tratadas como se não pertencessem à noção universal de cidadania, segundo a qual todos possuem direitos e deveres iguais. Os objetivos desse artigo consistem em discutir a formação do mito sobre a identidade brasileira, que obscurece a compreensão das desigualdades sociais, e debater os fundamentos sociais que constroem as divisões estabelecidas na sociedade, especialmente quanto à constituição de uma *ralé* estrutural e o atual surgimento dos *batalhadores* (suposta “nova classe média”) devido à grande mobilidade e ascensão social e econômica.

Palavras-chave: Desigualdade Social. Formação do Brasil. Sociologia Crítica.

Abstract: Inequalities in Brazil may be more visible when considering the economic aspect, the unequal distribution of income. However, the inequalities become almost invisible when examined the assumptions that underlie the differences between social classes in Brazil. Thus, the economic data would be insufficient to explain the reasons why poor people are treated as if they did not belong to the notion of universal citizenship, according to which all have equal rights and duties. The objectives of this article are to discuss the formation of a myth about Brazilian identity, which obscures the understanding of social inequalities, and discuss the social foundations that build the distinctions established in society, especially the establishment of a structural low class (poor and miserable people) and the development of the supposed “new middle class” (workers in general) due to the actual social mobility and economic ascension.

Keywords: Social inequalities. Formation of Brazil. Critical Sociology.

Submetido em: 16/11/2012. Aceito em: 30/04/2013

¹ Graduada em Ciências Sociais, doutoranda (bolsista CAPES) no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Brasil. E-mail: joana-lib@yahoo.com.br.

Introdução²

As interpretações clássicas sobre o Brasil partem, geralmente, do pressuposto de que há uma peculiaridade intrínseca à formação brasileira: seja sob a forma depreciativa e pessimista ou pela visão otimista de exaltação, o país sempre é considerado um fenômeno *sui generis*, que deve ser pensado através de categorias próprias que confirmariam sua condição específica³.

² Este artigo é o resultado do trabalho final escrito pela autora como avaliação da disciplina *Construção social da subcidadania*, ministrada pelo sociólogo Jessé Souza (orientador da autora); além disso, o presente artigo foi apresentado e debatido no 8º. Encontro de Política Social na UFES.

³ Segundo Octavio Ianni (2004), as interpretações clássicas sobre o Brasil se iniciam com Oliveira Vianna e Nelson Werneck Sodré, nos anos 1930, visando compreender as singularidades da Era Vargas. Mas antes do período nacionalista do século XX já havia a preocupação de explicar a sociedade brasileira; por exemplo, no século XIX, Dom Pedro II recorria às teorias racistas do Conde Gobineau para justificar a degradação e o atraso do país, estabelecendo um discurso ideológico sobre o Brasil (FREYRE, 1985; SOUZA, 2003, 2006, 2009). Como reação ao pessimismo racista surge a interpretação positiva de Gilberto Freyre, a ser discutida a seguir, juntamente às análises sociológicas de Florestan Fernandes. O preconceito ideológico de que a mestiçagem representaria ou aspecto mais negativo ou a vantagem mais virtuosa do Brasil alcança as análises de diferentes autores ao longo do século XX. No entanto, as teorias de Sérgio Buarque de Hollanda (2002), Roberto DaMatta (1999), Darcy Ribeiro (2006) e de tantos outros intérpretes das singularidades brasileiras não serão tratadas aqui, pois necessitariam de uma

As consequências dessas teorias ultrapassam o mundo acadêmico e constituem o mito popular que povoa o imaginário brasileiro, na medida em que as noções de “jeitinho” e de corrupção generalizada (Patrimonialismo, Personalismo) se incorporam às práticas mais diversas. O “mito da brasilidade”, no senso comum, funciona como um suporte para justificar todo tipo de “malandragem” – desde os criativos modos de resistência em condições desfavoráveis e precárias de vida até as mais elaboradas formas de obter vantagens financeiras e reconhecimento social.

Para além das justificativas relacionadas aos, supostamente, típicos hábitos brasileiros predominam duas crenças contraditórias, mas que às vezes se complementam: 1) há um atraso nacional congênito insuperável, já que a população seria indolente e miscigenada; 2) apesar dos pesares, o povo é o mais feliz do mundo e o Brasil é o país da perseverança. Seria possível, todavia, interpretar as contradições e os conflitos brasileiros sem repetir os enganos cometidos pelas teorias consolidadas? Ou melhor, como elaborar uma compreensão dos dilemas brasileiros sem repetir os preconceitos do senso comum? Considerando a diversidade de interpretações sobre o Brasil, não se trata de aderir a outro mito ou criar mais um discurso ideológico. Ao con-

abordagem mais detalhada, o que desviaria o rumo a ser seguido.

trário, os objetivos aqui propostos consistem em discutir as implicações e alguns pressupostos teóricos sobre o modo pelo qual as desigualdades e as distinções se incorporam aos comportamentos e reproduzem as estruturas sociais.

Tendo em vista esses objetivos propostos, o artigo possui como principais referências à sociologia crítica de Pierre Bourdieu e a abordagem filosófica de Charles Taylor, pois, através noção de *habitus*, pode-se relacionar, sem oposições e separações, as disposições individuais e os fatores sociais, sendo esta a perspectiva aqui adotada. Antes, porém, de analisar as contribuições desses autores (Bourdieu e Taylor), cabe apresentar algumas considerações teóricas de dois importantes intérpretes da cultura brasileira que, de certa forma, desmistificam alguns preconceitos e levantam questões fundamentais para refletir a respeito das desigualdades e contradições do Brasil.

1. Reinterpretando os mitos brasileiros: Gilberto Freyre e Florestan Fernandes

Para compreender as desigualdades sociais é fundamental refletir sobre o *mito da brasilidade*. O contexto histórico do século XIX, período marcado pela Independência da nação, exige uma formação identitária capaz de conformar tanto os novos homens livres (ex-escravos e trabalhadores em geral) quanto às elites dominantes tradicionais. De acordo com Souza (2009), “O país que se torna autônomo em 1822 e que, portanto, vê-se subitamente con-

frontado com a questão de elaborar uma identidade para si [...], sofria de extraordinário complexo de inferioridade, [...]” (SOUZA, 2009, p. 35). A situação de miséria generalizada justificava o pessimismo em relação ao progresso nacional. No entanto, no século XX surge uma importante reação ao complexo de inferioridade: Gilberto Freyre assume o desafio de transformar os males brasileiros em virtudes potenciais.

A visão otimista teorizada por Freyre procura consolar a nação e exaltá-la. Trata-se de uma teoria “compensatória” que destaca as vantagens e as virtudes do Brasil, na mesma medida em que também impede a autocrítica e sustenta maiores enganos: a noção de que as mestiçagens raciais expressam um tipo de democracia social. Ainda que Gilberto Freyre seja o ideólogo da brasilidade otimista, suas interpretações sobre o Brasil oferecem respostas importantes sobre a modernização brasileira. A contribuição de Freyre torna-se mais relevante porque supera as primeiras interpretações acadêmicas sobre o Brasil, aquelas influenciadas pelas teorias evolucionistas europeias acerca da supremacia do estágio “civilizado” em detrimento dos povos “selvagens e primitivos”.

As visões depreciativas sobre o Brasil apontavam o declínio e a degeneração devido às presenças dos negros e indígenas, além da problemática origem mestiça dos portugueses, que causava desconfiança quanto ao desenvolvimento positivo brasileiro. Predominava a ideia de que o país seria incapaz

de superar o atraso e a inferioridade causada pelo encontro de “raças impuras”. É nesse contexto que Freyre (1985) defende a ruptura com os autores “arianistas”, nomeadamente, o Conde de Gobineau e o Professor Louis de Agassiz. Freyre (1985), ao contrário dos evolucionistas, mostra como as condições culturais brasileiras são favoráveis à realização e ao êxito do país. Em 1933 publica sua obra capital, *Casa-Grande e Senzala*; pouco depois, em 1936, surge a continuidade: *Sobrados e Mucambos*, finalizando a trilogia em 1959 com a publicação de *Ordem e Progresso*.

No Prefácio de 1961, ao apresentar os objetivos principais de *Sobrados e Mucambos*, Freyre afirma que a subordinação e a acomodação de uma classe/raça à outra revelam o verdadeiro funcionamento da sociedade brasileira. O declínio do patriarcado rural, com a crescente urbanização, também é mencionado como fator fundamental das mudanças históricas do país (FREYRE, 1985, Prefácio, p. 38). De acordo com sua perspectiva, o Brasil concilia seus opostos sem exigir alterações radicais, pois as mudanças se integram na ordenação dominante e permitem antes a adaptação do que a efetiva transformação da sociedade.

Segundo Freyre, ocorre à desintegração do sistema patriarcal rural, transformando os hábitos e as habitações da sociedade brasileira. As dualidades Casa-Grande/Sobrados e Senzala/Mucambos indicam as transformações sociais, culturais e políticas ocorridas nos períodos finais do regime

colonial no Brasil, às vésperas de se tornar independente.

O panorama apresentado por Freyre mostra como as transformações históricas brasileiras tornam-se ajustamentos e adequações sociais. Por exemplo, os novos interesses políticos e econômicos forçaram o processo de Independência e desencadearam a formação da República, juntamente ao desenvolvimento urbano, mas mantiveram as mesmas estruturas coloniais. No início da exploração colonial predominava a produção agrícola nos engenhos de cana-de-açúcar e a Casa-Grande representava o domínio dos senhores sobre os escravos da Senzala e demais membros da sociedade. A ordem social era conservada e havia interdependência entre os opostos. Com a decadência da produção açucareira, nos séculos XVIII e XIX, intensifica-se a exploração nos garimpos e nas minas, consolidando o ciclo do ouro, além da exploração de outras fontes de renda (cafeicultura, agropecuária) deslocando os centros produtivos (antes localizados no litoral, especialmente no Nordeste) para as formações urbanas concentradas principalmente no Sudeste. O engenho e a Casa-Grande perdem espaço para os Sobrados e as cidades, enriquecidas com a nova exploração econômica, sendo reproduzida a mesma estruturação do período colonial.

Nesse contexto, o interesse de Freyre (1985) é mostrar como os fatores macrosociais repercutem sobre os fatos microsociais. O autor analisa as alterações da estrutura familiar: as espo-

sas, antes dedicadas aos afazeres domésticos na cozinha (cercadas de escravas), passam a se interessar pelos costumes urbanos europeus (embora mantenham o hábito escravocrata de possuírem empregados/as domésticos/as); os filhos, antes completamente submissos e obedientes, ganham certa autonomia intelectual, incentivados a frequentar colégios e universidades renomadas na Europa. Assim, o “patriarca absoluto”, o senhor de engenho, também percebe seu próprio declínio e a ascensão social vigente em outros setores da sociedade. Percebendo as mudanças e para manter seus privilégios conservados desde o regime colonial, os patriarcas rurais, antes monarquistas, tornam-se “parricidas” defensores da República e dos seus interesses na manutenção da ordem e do progresso da sociedade brasileira (FREYRE, 1985, Introdução, p. 110).

As mudanças na Casa-Grande rural, substituídas pelos Sobrados urbanos, refletem-se sobre as Senzalas, reutilizadas como quartos para criados “livres”, ao mesmo tempo em que se multiplicam os Mucambos, construções precárias nas zonas desprezadas das cidades, ocupadas principalmente pelos herdeiros dos escravos (recém-libertos) e por pessoas em semelhante situação desfavorável. O engenho, propriedade particular centralizadora e patriarcal, é substituído pela praça pública, e as ruas tornam-se o cenário da nova aristocracia urbana, dividindo espaços com novos elementos sociais emergentes das mudanças políticas e econômicas da sociedade brasileira.

A desigualdade e os antagonismos sociais são interpretados por Freyre como ajustamentos e acomodações, suavizados pela miscigenação racial e pelo caráter híbrido da sociedade brasileira. Tese tão polêmica quanto louvável, caso se considere apenas a ruptura com as teorias precedentes, carregadas de preconceitos, racismo e evolucionismo. O autor defende que a maior vantagem do hibridismo brasileiro, decorrente da plasticidade do português, seria permitir uma adaptação melhor dos hábitos europeus ajustados aos moldes brasileiros, provocando um “amalgamento” de raças, classes e culturas (FREYRE, 1985, p. 355).

Trata-se de um hibridismo proporcionado pela miscigenação ao criar categorias intermediárias que não correspondem à pureza das classificações existentes. Surgem assim novos personagens da história do país, que disputam espaço com a aristocracia urbana: os bacharéis e os mulatos, considerados “[...] elementos de diferenciação [...]” (FREYRE, 1985, p. 573) que se ajustam na organização social e se tornam mediadores entre os estamentos da sociedade, pois concretizam a mobilidade e a miscigenação estruturantes do Brasil.

Gilberto Freyre afirma a capacidade adaptativa da sociedade brasileira, embora não seja possível esconder as consequências da miscigenação: as numerosas crenças depreciativas sobre os negros, mulatos e caboclos (os miseráveis de origem híbrida, nomeadamente, a *ralé* brasileira – tema a ser discutido). Sob a forma de músicas e ditos

populares, multiplicam-se as tabuadas de gradações para “embranquecer” a população, e são criadas cantorias carregadas de preconceitos: “O branco come na sala/ Caboclo no corredor/ O mulato na cozinha/ O negro no cagador./ O branco bebe champagne/ Caboclo vinho do Porto/ Mulato bebe aguardente/ E negro mijo de porco” (FREYRE, 1985, p. 640). É interessante notar o tom de deboche implícito nos ditos populares sobre os negros, caboclos, mulatos, etc., característica até hoje presente nas declarações racistas mais veladas, visto que são colocadas sempre como brincadeiras inocentes, sem caráter ofensivo.

Todas essas práticas dominantes, numa sociedade que tentava conciliar antigas tradições e novos valores, geram na população (especialmente nas pessoas de baixa renda) uma postura reativa, chamada de “arrivismo dos mulatos” (FREYRE, 1985, p. 647), um tipo de proteção ressentida ante a depreciação e a exclusão social. Segundo Freyre, ainda que o ressentimento predomine em diversas formas, a sociedade brasileira incorpora seus antagonismos; de fato, ela se constrói sobre as tensões provocadas pelo encontro de povos diferentes que desempenham papéis opostos e ocupam lugares distintos:

Mesmo, porém, a essa fase de maior diferenciação social entre sobrados e mucambos, correspondente à maior desintegração do sistema patriarcal entre nós, não têm faltado elementos ou meios de intercomunicação entre os extremos sociais ou de cultura. De modo que os antagonismos que não foram nunca absolutos, não se tornaram absolutos depois

daquela desintegração. E um dos elementos mais poderosos de intercomunicação, pelo seu dinamismo de raça e, principalmente, de cultura, tem sido, nessa fase difícil, o mulato (FREYRE, 1985, p. 659).

Analisando o discurso de Gilberto Freyre percebe-se a defesa da mestiçagem que acompanha os processos históricos da sociedade brasileira, sempre movidos por transformações harmonizadoras. *Sobrados e Mucambos* apresenta o declínio do patriarcado rural e a permanência da ordem social estruturada “confortavelmente” sobre antagonismos e desigualdades. Freyre afirma que “somos móveis”, portanto, a vocação do Brasil seria um *pacífico* ajustamento dos opostos e contrários que o compõem; extremos mediados por elementos de “intercomunicação”, formados pelo hibridismo. Mas, se os antagonismos “nunca são absolutos”, como conclui o autor, como compreender os abismos que se formam na sociedade brasileira? E, se houvesse mesmo tal vocação para o “ajustamento pacífico dos opostos”, conforme indica Freyre, como explicar as injustiças e todos os conflitos violentos ocorridos ao longo da história do Brasil?

Gilberto Freyre anuncia a esperança num país “ajustado”, embora deixe transparecer alguns anseios relacionados à dificuldade de aceitar e assumir os paradoxos implícitos à formação do Brasil. Apesar das controversas posições de Freyre, é relevante sua contribuição para pensar a construção da sociedade brasileira através dos contrastes. Contudo, seu discurso também constitui um tipo de mito fundado so-

bre preconceitos ideológicos ao considerar que as desigualdades brasileiras seriam expressões das estruturas sociais criadas a partir da diversidade racial/cultural. Gilberto Freyre defende o processo histórico brasileiro amparado sobre ajustamentos e acomodações entre as diversas partes que compõem o país. Cabe, então, complementar suas perspectivas com as de outro importante sociólogo e intérprete do Brasil, Florestan Fernandes, que aprofunda a análise dos conflitos e contradições da história brasileira.

Se Gilberto Freyre se esforça para mostrar as vantagens históricas do Brasil, afirmando que a desintegração do sistema patriarcal rural é acompanhada de uma nova integração social, facilitada pela miscigenação racial e cultural da sociedade, Florestan Fernandes assume de início certa desilusão com a história brasileira, na medida em que sua obra *Revolução Burguesa no Brasil* sofre o impacto do Golpe da Ditadura Militar. Florestan começa a escrever seu livro em 1966 e o finaliza em 1973, período marcado pela industrialização movida pelo capitalismo dependente instalado no país. O sociólogo militante, como se autoneomeia, analisa os tipos de relações sociais geradas pelas mudanças econômicas e políticas decorrentes das revoluções da Independência e da República.

Para Florestan Fernandes as transformações históricas brasileiras envolvem, sempre, a conservação de antigos elementos estruturais: "Não há ruptura definitiva com o passado" (FERNANDES, 2006, p. 238). Por isso a Revolução Burguesa adquire um caráter con-

traditório ao combinar a necessidade de mudança e a reacionária permanência de antigos fatores. Antes de apresentar os resultados da Revolução, e explicitar o que há de revolucionário nos acontecimentos analisados, o autor define a noção de Burguesia. A rigor, o burguês surge na Europa após o Feudalismo, principalmente nos séculos XIV e XV, estabelecendo o comércio nas cidades (burgos) e influenciando a expansão dos mercados e territórios de exploração econômica (Mercantilismo). A burguesia, obviamente, é responsável pelos primórdios do sistema capitalista, que se fortalece sobre as ruínas do sistema feudal. No Brasil, a burguesia surge com a mercantilização da produção, promovendo a desagregação do sistema rural e do regime escravocrata-senhorial. Mas devido ao tipo de capitalismo implantado desde a colonização, a burguesia brasileira seria muito mais feudalista do que propriamente capitalista, conforme indicam as colocações de Florestan Fernandes⁴.

De acordo com Florestan (2006), o marco histórico da transformação da sociedade brasileira é a instauração da Independência, influenciada pelo ideal do Liberalismo vinculado ao sistema capitalista. Assim, o declínio da socie-

⁴ Contudo, deve-se ressaltar que há controvérsias a respeito da implantação do capitalismo no Brasil e a denominação de burguesia-feudalista, sugerida por Florestan Fernandes, poderia encobrir o próprio funcionamento das engrenagens capitalistas, muito bem utilizadas de acordo com os interesses em jogo. Para aprofundar essas questões econômicas brasileiras ver, entre outros autores Furtado (2001; 1974).

dade estamental da Casa-Grande e Senzala permite a formação de uma sociedade de classes (Sobrados e Mucambos), rompendo com o imobilismo do sistema tradicional. No entanto, o Liberalismo implantado no Brasil após 1822 possui duas facetas: Ideológica e Utópica (FERNANDES, 2006, p. 53). O aspecto utópico defende a busca por autonomia e emancipação da sociedade, sob o ideal de Igualdade, mas logo se torna um discurso ideológico de “integração nacional”, pois a ideologia encobre o caráter excludente da ordem social e os resquícios feudais. Segundo o autor, os elementos feudais insistiriam em permanecer e, ao mesmo tempo, dificultariam a implementação do capitalismo brasileiro; mas essa tese é questionável, uma vez que a história do desenvolvimento econômico no Brasil mostra que as relações de produção e o modo de exploração, em geral, utilizaram mais fundamentos capitalistas do que feudais.

As novas divisões sociais escondem as velhas hierarquias rurais, sacramentadas com as desigualdades do sistema patriarcal. Com a Independência e a Proclamação da República, os senhores de engenho e demais membros da elite incorporam o título de “cidadãos” e garantem a manutenção de seus privilégios, enquanto que os outros (o “resto” da população) continuam sofrendo os males da exclusão:

Aí, os papéis econômicos emergentes não se aglutinavam em função do *status* senhorial, embora assimilassem, em grau variável, símbolos e valores sociais mantidos, difundidos e impostos pela tradição cultural patrimonialista – com

base nos quais: 1) se separavam as categorias de homens que podiam ser considerados, socialmente, ‘livres’, ‘escravos’ e ‘libertos’; 2) os ‘homens livres’ podiam distinguir-se como ‘gente de pro’ e ‘ralé’. (FERNANDES, 2006, p. 108).

Florestan mostra que a sociedade brasileira perpetua as desigualdades sociais: mesmo que sofra mudanças, a estrutura permanece a mesma, o que pode ser percebido nas lutas por distinção social e diferenciação entre “gente de pro” e “ralé”. Cabe, então, questionar o autor sobre este ponto: como é possível um tipo de revolução protagonizada por uma burguesia tão reacionária e conservadora?

Se Marx e Engels afirmam, no *Manifesto Comunista*, que a burguesia desempenha um “papel revolucionário” ao romper com as engrenagens feudais e gerar o sistema capitalista, Florestan Fernandes esclarece que a Revolução Burguesa no Brasil também rompeu com o modo de produção (feudal-colonial) escravocrata e instalou as relações capitalistas (MARX, 1983). Entretanto, a “burguesia revolucionária” favoreceu apenas a mesma elite dominante, pois “[...] Nenhuma revolução sepulta o passado de seu povo [...]” (FERNANDES, 2006, p. 66). Trata-se de uma “[...] revolução dentro da ordem [...]” (FERNANDES, 2006, p. 76), pois o Estado proclamado com a Independência é Liberal nos fundamentos formais (utópicos e ideológicos), para manter o funcionamento da economia capitalista, mas é essencialmente Patrimonialista-Feudal em suas relações políticas e sociais.

Assim, as tentativas de mudanças no Brasil transformam-se em ações conservadoras e reacionárias. Segundo o sociólogo militante, a história brasileira constantemente repete esse padrão de conter as rupturas drásticas e optar pela transformação gradativa, embora as contradições e os conflitos sociais permaneçam velados e encobertos. Exemplo disso é que o capitalismo instituído no Brasil não consolida a fase competitiva, na medida em que o pleno desenvolvimento capitalista afrontaria os interesses dominantes: reforma agrária, economia nacional integrada e capitalismo independente (FERNANDES, 2006, p. 175) são transformações ainda pendentes na história brasileira.

Há uma tensão constante entre a mudança capitalista e a perpetuação da ordem escravocrata-senhorial, o que resulta nalgumas falhas intrínsecas à Revolução Burguesa realizada com a Independência brasileira. Primeiramente, forma-se uma economia nacional “híbrida”, capaz de acomodar elementos arcaicos e modernos peculiares ao capitalismo brasileiro (mas que, ainda assim, é mais capitalista do que feudal). Em segundo lugar, o novo modelo econômico torna-se incapaz de realizar a integração nacional, pois o comércio é monopolizado pelos grandes centros urbanos do Sudeste, que representam os “interesses da lavoura” (FERNANDES, 2006, p. 209-212). A elite senhorial desespera-se para garantir seus privilégios políticos e sociais frente às transformações econômicas, mantendo o trabalho escravo, base da produção colonial. Mesmo com a abolição da escravidão, o trabalho livre

assalariado não incentiva a livre competição econômica, já que os patrões utilizam a mão-de-obra como fonte de lucro e acumulação de capital, explorando brutalmente os trabalhadores como se fossem escravos.

Ao dizer que não há ruptura com o passado, Fernandes denuncia o conservadorismo das mudanças ocorridas na Revolução Burguesa brasileira, inclusive ao adaptar o liberalismo aos moldes antigos, mantendo as estruturas do regime escravocrata, no sentido da exploração do trabalho, já que a mão-de-obra seria vendida a baixo custo. Notam-se, então, as limitações do capitalismo liberal implantado no Brasil, visto se tratar de uma legitimação das desigualdades já estabelecidas desde a colonização, e apenas reajustadas segundo os interesses em voga.

Fernandes (2006) se distancia do discurso pacifista da integração nacional e das acomodações entre as classes e raças ao mostrar que o capitalismo pós-colonial brasileiro consiste num sistema de dependência econômica (externa) sustentado pelas conflituosas desigualdades sociais internas. Entretanto, sua análise também constitui um tipo de mito a partir da crença amplamente divulgada, segundo a qual os avanços econômicos (consolidação do capitalismo) seriam suficientes para resolver as desigualdades sociais – como se fosse apenas uma questão de aumentar a *renda per capita* e, facilmente, a igualdade surgiria. Ao contrário, a distribuição de renda não é o único fator responsável por abolir as desigualdades, tampouco haveria uma fase na

qual “naturalmente” se implantaria a igualdade social⁵.

Enfim, os autores Freyre (1985) e Fernandes (2006) se aproximam quando consideram que a desigualdade é um aspecto estruturante da sociedade brasileira: instala-se com o sistema colonial e permanece mesmo após mudanças políticas e econômicas significativas. As ruínas do patriarcado rural, analisadas por Freyre, recompõem-se após a modernização capitalista do país e constroem uma velha-nova ordem social; e isso não apenas ajustando e acomodando as camadas sociais, mas sufocando e reprimindo grande parte da sociedade brasileira, conforme indicam as argumentações de Florestan. No entanto, resta perguntar: quais são, afinal, os pressupostos que sustentam as desigualdades? Seriam consequências de fenômenos sociais vinculados ao tipo de modernização capitalista desenvolvida no Brasil?

2. Singularidades da modernização brasileira: construção social da subcidadania

Revedo a história do Brasil, ainda que brevemente, percebe-se que a Independência e a Proclamação da República são acontecimentos marcados pelos ideais modernos nascidos na Europa do século XVII e difundidos no

⁵ Outras críticas sobre as consequências da abordagem de Fernandes podem ser encontradas no capítulo *Do poder pessoal ao poder impessoal: Florestan Fernandes e a dimensão macrossocial da revolução burguesa no Brasil* (SOUZA, 2006), complementado as perspectivas assumidas aqui.

Brasil especialmente do século XIX⁶. Portanto, se a modernização ocorresse de forma plena, conciliando os interesses liberais econômicos e os princípios sociais de igualdade (direitos e deveres cívicos), o resultado seria a universalização da cidadania para toda a sociedade. Contudo, o tipo de modernização ocorrida no Brasil gera consequências devastadoras: a desigualdade e a exclusão social, aspectos que não são explicados apenas pelos fatores econômicos (tipo de capitalismo brasileiro), conforme foi visto com Florestan Fernandes, ou pelos aspectos raciais e culturais (hibridismo, mestiçagens), segundo Gilberto Freyre.

A modernização brasileira não promove a igualdade e a cidadania para toda a população: “A modernidade de países como o Brasil é ‘deficiente’, seletiva e periférica porque jamais foi realizado aqui um esforço social e político dirigido e refletido de efetiva equalização de condições das classes inferiores” (SOUZA, 2009, p. 401). Nota-se que as diversas formas de exclusão produzidas ao longo dos processos históricos no Brasil (por exemplo, a má-distribuição de terras, a expropriação dos meios de produção, as condições

⁶ A noção de Modernidade surge com a Filosofia Moderna no século XVII (racionalismo de René Descartes, empirismo de David Hume, entre outros), marcando o desenvolvimento da Ciência Moderna (DESCARTES, 1979; HUME, 1980). O conceito de *Aufklärung* formaliza-se com o discurso de Immanuel Kant, *O que é o Esclarecimento?*, no século XVIII (KANT, 1985). Assim, a Era da Razão, ou Iluminismo, influencia os ideais da Revolução Francesa e, mesmo hoje, o lema Liberdade, Igualdade e Fraternidade é usado como referencial para o conceito de cidadania.

desfavoráveis para ampliar o acesso à qualificação da mão-de-obra, entre outros fatores) intensificaram as desigualdades sociais e continuam construindo os abismos que distanciam e repartem a sociedade em classes distintas.

Dentre as classificações padronizadas para identificar os estratos sociais encontra-se um grupo que reúne as pessoas de renda mais baixa, sendo também as mais abandonadas. Trata-se da *ralê*⁷ brasileira, uma classe de *desclassificados*, formada por pessoas consideradas subumanas, ocupando posições socialmente desprezadas. Identificadas aos trabalhos braçais, elas sujeitam os próprios corpos como objetos a serem explorados em serviços exaustivos para os quais são relegadas desde cedo. Sujeitar-se a realizar atividades precariamente remuneradas reflete, sem dúvida, a falta de opções disponíveis. Se as pessoas não podem se qualificar mais e melhor, pois o acesso aos meios

⁷ O termo “ralê”, vulgarmente conhecido e atribuído a pessoas de baixa renda, foi empregado por Fernandes 2006 na obra citada anteriormente e será usado, aqui, seguindo as interpretações de Souza (2009) e sua equipe de pesquisadores, sem o objetivo de menosprezar aqueles que já são, diariamente, desprezados, mas para enfatizar sua situação de miséria e pobreza. Ou seja, quando se utiliza, aqui, um termo tão politicamente incorreto e vulgar – ralê! – a intenção é provocativa, no sentido de enfatizar, sem eufemismos, o quanto as pessoas de baixa renda são desconsideradas e maltratadas por grande parte da sociedade brasileira. O termo provocativo pretende, assim, evidenciar a falta de reconhecimento atribuído a essas pessoas, percebidas nas práticas sociais cotidianas como apenas “subcidadãs”, relegadas ao descaso e abandono histórico.

de educação e de profissionalização permanece escasso, elas precisam disponibilizar sua mão-de-obra a baixo custo para, ao menos, manter a própria subsistência. Desse modo os resultados negativos da modernização brasileira podem ser percebidos através da noção de subcidadania (SOUZA, 2003), gerada pelas exclusões, segregações e divisões da sociedade em classes distintas. E um dos muitos fatores que mantém as diferenciações entre as classes é o *habitus*, interiorizado pelos indivíduos.

O conceito definido por Pierre Bourdieu questiona o modo pelo qual o comportamento individual reproduz as estruturas sociais. Nesse sentido, torna-se imprescindível compreender que o *habitus* não é simplesmente um *hábito* racional, algo que o sujeito realiza e se considera responsável pela ação. Ao contrário, a noção de *habitus* rompe com a ideia de intencionalidade da consciência. Tal conceito contribui para definir a conduta predominante nas diferentes esferas da sociedade, um tipo de padronização que serve para diferenciar e identificar as pessoas de acordo com seu pertencimento de classe. Assim, tanto a manutenção quanto a reprodução das estruturas sociais ocorrem por meio do *habitus*: os valores relacionados às desigualdades são naturalizados quando incorporados às práticas individuais.

Há, claramente, outros fatores macrosociais que explicam as condições desiguais vividas pelos brasileiros; contudo, a perspectiva apresentada nesse artigo procura compreender os aspectos microssociais relacionados a alguns

fundamentos que sustentariam as desigualdades. Por isso, a partir da interação entre os fatores sociais e as condutas individuais, questiona-se o que mantém, além dos próprios mecanismos do sistema capitalista, o círculo vicioso da pobreza gerada pelas condições desfavoráveis (que terminam gerando mais pobreza). De acordo com Bourdieu (2007), os contextos específicos de socialização definem as disposições interiorizadas pelos indivíduos de cada classe social; não seria, de fato, uma imposição absoluta ou uma escolha racional do sujeito, na medida em que o *habitus* reflete a dimensão pré-reflexiva (não-intencional) da socialização:

Tendo adquirido por esse motivo um sistema de disposições ajustado a tais regularidades, o corpo se acha inclinado e apto a antecipá-las praticamente em condutas que mobilizam um *conhecimento pelo corpo* capaz de garantir uma compreensão prática do mundo bastante diferente do ato intencional de decifração consciente que em geral transparece na ideia de compreensão (BOURDIEU, 2007, p. 166).

Nesse sentido, o estudo de Bourdieu (2007) sobre a Argélia mostra como se formam as desigualdades a partir das disposições que se articulam e se introduzem nos comportamentos individuais, guiados pelos padrões sociais. A situação ocorrida na Argélia em meados do século XX é semelhante ao contexto de pós-colonização do território brasileiro, especialmente no que diz respeito às condições de instituição do capitalismo de modo autoritário e excludente, relegando parte da população à miséria.

Conforme foi visto a partir da análise de Florestan Fernandes sobre a Revolução Burguesa brasileira, percebe-se que em ambos os casos (Argélia e Brasil) o impacto das mudanças capitalistas sobre a formação da sociedade forçou as pessoas a se adaptarem às novas disposições adequadas. Parte da população consegue incorporar as regras do sistema capitalista e suas concepções essenciais, mas as condições desiguais dificultam a universalização dessas práticas⁸.

⁸ Uma compreensão das disposições capitalistas pode ser encontrada nas análises de Max Weber. Segundo o autor, o capitalismo realiza uma “[...] seleção econômica dos mais aptos [...]” (WEBER, 1981, p. 34), exigindo uma conduta compatível com os objetivos do sistema. Weber mostra que não se trata de uma força exterior sobrepujando as pessoas, mas de uma combinação de vários aspectos que se unem sob os mesmos objetivos, resultando na consolidação do capitalismo: o ideal da razão iluminista e a ideia de autonomia humana ante o domínio religioso combinam-se às transformações nas relações de trabalho, ao aumento da produção, gerando mais consumo e mais exploração da mão-de-obra, visando aumentar rendimentos e lucros dos proprietários. Segundo Weber, os mecanismos econômicos são incorporados e interiorizados por alguns indivíduos: “A capacidade de concentração mental, tanto quanto o sentimento de obrigação absolutamente essencial para com o próprio trabalho, estão combinados com uma economia estrita que calcula a possibilidade de altos vencimentos, um autocontrole e uma frugalidade frios que enormemente aumentam a capacidade de produção. Isto fornece uma base das mais favoráveis para a concepção do trabalho como um fim em si, como um valor que é condizente com o capitalismo” (WEBER, 1981, p. 40). Conforme as interpretações utilizadas nesse artigo, estas seriam as principais disposições capitalistas incorporadas e reproduzidas socialmente.

Assim se dá a formação de uma classe de *desclassificados*, inadaptada em relação às exigências capitalistas definidas por Weber (1981), que podem ser resumidas como a capacidade de concentração mental, racionalidade instrumental (voltada para o cálculo), disciplina e autocontrole (aspectos que ainda serão retomados). A incorporação desigual desses atributos, entre outros fatores econômicos, históricos e sociais, contribui para a reprodução e manutenção de uma classe treinada para realizar trabalhos braçais, que exigem muito esforço corporal e pouco aperfeiçoamento intelectual. Além disso, as condições miseráveis de existência e a necessidade de sobreviver e garantir o próprio sustento, diariamente, proporciona uma vida voltada para o presente, sem projeções futuras realizáveis, dificultando principalmente o investimento em educação e qualificação profissional, o que possibilitaria um caminho para a ascensão social. Eis o círculo vicioso apresentado aqui: as dificuldades de romper com a própria situação de classe impedem a conquista de melhores condições sociais. Segundo Bourdieu a postura reativa dos argelinos ante a modernização capitalista imposta pela colonização francesa expressa um tipo de conformismo relacionado à própria existência, como resultado dos conflituosos processos de exploração e dominação:

[...] tudo acontece como se, ao desencorajar expressamente todas as disposições que a economia capitalista exige e favorece, espírito de empreendimento, preocupação da produtividade e do rendimento, espírito de cálculo, etc., e ao denunciar o espírito de previsão como

uma ambição diabólica, em nome da ideia de que 'o futuro é a parte de Deus', ficava-se satisfeito, tanto aqui como alhures, de 'fazer da necessidade virtude' e de ajustar as esperanças às probabilidades objetivas (BOURDIEU, 1979, p. 33).

Bourdieu (1979) enfatiza a interação entre os fatores econômicos, sociais e individuais, que se combinam ao funcionamento do capitalismo. Isoladamente, claro, o desempenho individual não pode ser a única explicação para que haja pobreza e miséria. Mas quando se consideram as disposições pré-reflexivas incorporadas às ações individuais, os valores difundidos socialmente e os elementos estruturais, percebe-se que as desigualdades sociais também se relacionam com as visões e divisões de mundo, que segregam as pessoas em classes distintas.

Bourdieu (1979) entende isso como uma "compreensão prática", que envolve disposições e regularidades introduzidas nos indivíduos na medida em que são socializados. Desse modo, a noção de *habitus* é utilizada por Charles Taylor para desenvolver o conceito de *compreensão corporificada*, e mostrar como ocorre o processo de incorporação das regras sociais no comportamento individual. Segundo Taylor (2000), é possível analisar a organização desigual da sociedade não somente pelas ações articuladas (intencionais) e pelas estruturas econômicas do sistema capitalista; os ideais dominantes difundem-se também através das ações cotidianas em diversos contextos, desempenhadas de forma não-consciente e não-intencional. Taylor defende a existência de uma *compreensão corporifi-*

cada, ao afirmar que os sentidos das ações se apresentam de modo inarticulado para os agentes, ou seja, a compreensão de uma regra pode ocorrer sem reflexão: “[...]o sujeito não só não tem como não pode ter consciência de toda uma gama de questões que, não obstante, têm influência direta sobre a correta aplicação de uma regra[...]” (TAYLOR, 2000, p. 181).

Taylor (2000) recorre a Bourdieu (1979) para elaborar o conceito de compreensão corporificada, pois o *habitus* expressa a forma pela qual as regras sociais e as compreensões (visões de mundo) se incorporam às condutas padronizadas de cada classe, no sentido de “valores feitos carnes” (TAYLOR, 2000, p. 194). A compreensão corporificada considera que as regras “[...] expressas só podem funcionar em nossa vida ao lado de um sentido inarticulado codificado no corpo [...]” (TAYLOR, 2000, p. 195). O autor procura esclarecer que as pessoas agem seguindo padrões, valores e direcionamentos que não se apresentam articuladamente, como se fossem estratégias racionais elaboradas para manipular intencionalmente os comportamentos na sociedade: “[...] boa parte de nossa ação inteligente no mundo, sensível como costuma ser à nossa situação e às nossas mentes, é levada a efeito sem ser formulada. Ela advém de uma compreensão que é em larga medida inarticulada [...]” (TAYLOR, 2000, p. 186).

As noções de *habitus* (não no sentido de hábito racional, conforme já explicado) e de *compreensão corporificada* são

fundamentais para compreender como certos aspectos das desigualdades são interiorizados e reproduzidos cotidianamente. Esses conceitos, especialmente quando relacionados aos elementos históricos, políticos, econômicos e culturais, analisados por Freyre e Florestan, correspondem a alguns pressupostos importantes para interpretar os dilemas e as contradições da sociedade brasileira.

Assim, a condição de miséria e pobreza de grande parte da população não poderia ser resumida apenas aos fatores sociais externos, tampouco se limitaria aos aspectos subjetivos, como se fosse mérito ou culpa existir em determinados contextos. As explicações puramente estruturais ou existenciais terminam por desconsiderar todos os elementos envolvidos, já que “o núcleo do problema é a combinação de abandono e inadaptação” (SOUZA, 2003, p. 159). Como já foi dito, as pessoas que se encontram numa situação desfavorável de abandono e inadaptação vivem limitadas pela precariedade e não dispõem facilmente dos instrumentos para superar a própria condenação; ou seja, não se trata de uma escolha pela pobreza, mas de uma contingência que influencia o modo pelo qual seguem a vida.

A história brasileira mostra como foram construídas tais situações de descaço, abandono, inadaptação e exclusão social; além disso, os conflitos e as contradições históricas e sociais raramente são resolvidos radicalmente. A singular modernização ocorrida no Brasil comprova como os resquícios

conservadores se combinam aos elementos modernos para formar um país de contrastes e desigualdades. As reflexões de Bourdieu (1979) e Taylor (2000), por fim, suscitam o seguinte questionamento: se o capitalismo se consolidou sustentado não apenas por sua lógica econômica, mas vinculado a valores incorporados ao comportamento individual, como seria possível romper com o *habitus* de classe? É possível vislumbrar uma superação desempenhada pelas pessoas mais excluídas e desprezadas socialmente?

3. Possibilidade de mudança: os batalhadores e a superação da ralé

Finalizando o debate sobre alguns dos pressupostos relativos às desigualdades brasileiras percebe-se, atualmente, um sinal de mudança, mais visível nos índices econômicos, decorrentes das recentes orientações políticas voltadas para movimentar as bases da economia. Trata-se do surgimento da chamada “nova classe média”, formada por pessoas que ascenderam socialmente através da melhora dos rendimentos, embora seja precipitado afirmar que atingiram a classe média⁹. De todo modo, as transformações econômicas da última década no Brasil pro-

⁹ Uma perspectiva crítica sobre a suposta “nova classe média” encontra-se nas pesquisas da obra *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* (SOUZA, 2010). A denominação utilizada na obra citada e nesse artigo (batalhadores) será usada também provocativamente, para enfatizar que são pessoas trabalhadoras, que se esforçam e batalham, no dia-a-dia, para conquistar melhores condições de vida.

porcionaram o aumento da ascensão social:

A nova classe trabalhadora parece se definir como uma classe com relativamente pequena incorporação dos capitais impessoais mais importantes da sociedade moderna, capital econômico e capital cultural – o que explica seu não pertencimento a uma classe média verdadeira -, mas, em contrapartida, desenvolve disposições para o comportamento que permitem a articulação da *triade disciplina, autocontrole e pensamento prospectivo*. (SOUZA, 2010, p. 327, grifo nosso)¹⁰.

Há, portanto, maior mobilidade social vivida pelos batalhadores, diferentemente da situação desfavorável das pessoas em condições precárias de sobrevivência e submetidas ao extremo da exploração de seu trabalho. Assim, a classe dos batalhadores é formada por pessoas que ascenderam economicamente porque possuem e criam condições sociais mais favoráveis para adquirir pré-disposições capitalistas necessárias e exigidas (WEBER, 1981); elas se inserem melhor no jogo econômico, mesmo que arrisquem jogadas incertas, oscilando entre a sorte e o azar ou, melhor, dependendo das contingências. Suas condições melhores de cidadania e o fato de se sentirem mais incluídas socialmente, no entanto, não garantem para essas pessoas a estabilidade das classes média e alta e, por

¹⁰ Essas disposições capitalistas, reunidas sob a triade “disciplina, autocontrole e pensamento prospectivo”, encontram-se melhor definidas na análise de Max Weber sobre como as mudanças comportamentais se relacionaram às estruturas socioeconômicas e contribuíram para a construção do capitalismo, conforme explicado.

isso, ainda estão na fronteira entre o declínio e a ascensão social. Devido a essa instabilidade, não se pode simplesmente considerar os batalhadores membros de uma nova classe média¹¹.

A análise da pesquisadora Maria de Lourdes Medeiros, no artigo *Populismo ou medo da maioria? Como transformar em tolice as razões da massa* (MEDEIROS, 2010), mostra que as trajetórias dos que batalham para garantir a estabilidade econômica são, em geral, instáveis e irregulares. Nos relatos obtidos por Medeiros a partir de entrevistas com a microempresária Maria das Dores (entre outros entrevistados), percebem-se as inúmeras tentativas da batalhadora para “melhorar de vida”, reverter e superar as dificuldades da própria situação (abandono e descaso do marido, mais de cinco filhos para criar, falta de incentivos dos bancos e das instâncias políticas, pouca habilidade e conhecimento mínimo das técnicas de empreendimento, etc.).

¹¹ Uma importante discussão sobre as divisões entre as classes sociais é desenvolvida na obra *A distinção: crítica social do julgamento*, de Pierre Bourdieu (2008), na qual o autor apresenta as noções de capital cultural, estilos de vida, gosto dominante e distinção entre as classes. Assim, a classe média tradicional é definida como a camada intermediária que se espelha nas classes altas em suas escolhas de consumo e de práticas culturais; além da capacidade econômica relativamente vantajosa, a classe média possui disposições de comportamento que buscam sempre se distinguir das classes inferiores, almejando reconhecimento social das camadas superiores. Por isso é controverso o termo “nova classe média”, pois seus componentes não dominam os capitais simbólicos exclusivos das classes privilegiadas, ainda que possuam capital econômico em ascensão.

Além das disposições capitalistas, resumidas pela análise weberiana e pela tríade “[...] disciplina, autocontrole e pensamento prospectivo [...]” (SOUZA, 2010), os batalhadores possuem uma característica essencial para persistirem nas suas batalhas diárias: um estoicismo prático, manifestado por meio da ética do sofrimento e da renúncia. Eis mais uma diferença importante que distingue os comportamentos inseridos nas diferentes classes sociais brasileiras: para os que não têm nada a perder, porque nada tem, tudo é possível; logo, esperam por *milagres* que resolverão magicamente seus problemas. Na verdade essas pessoas estão presas a um círculo vicioso que mantém suas condições miseráveis e dificulta sua superação mesma. Ao contrário, a postura de devoção apresentada pela batalhadora Das Dores tenta conciliar oração/fé e trabalho para obter as graças desejadas.

A sabedoria estoica desenvolvida pela batalhadora ilustra bem a incorporação de um *habitus* que permite combinar interesses econômicos, religiosos e políticos, conforme as necessidades e os desafios enfrentados. O comportamento dos batalhadores de compreender as hierarquias instituídas no mundo, podendo jogar de acordo com as regras conhecidas intuitivamente, retoma as teorias de Pierre Bourdieu e Charles Taylor a respeito das estruturas interiorizadas pelos indivíduos de modo inarticulado:

[...] podemos vislumbrar pressupostos que são compartilhados pelos batalhadores e que restam como o pano de fun-

do de uma economia moral incorporada em suas disposições e articulada nas representações do mundo. Essa economia moral, apesar de sem objetivos de classe específicos claramente articulados, nutre-se de pretensões pré-reflexivas sobre a necessidade de garantias de dignidade básica e de justiça para todos os cidadãos, fracamente racionalizadas numa espécie de humanismo realista [...]. (MEDEIROS, 2010, p. 239).

O “humanismo realista” dos batalhadores expressa a vontade de mudança e ascensão social através da certeza de que é necessário o esforço pessoal conciliado à implantação de políticas públicas estruturais para superar efetivamente as desigualdades. Não se trata de um discurso populista em defesa do assistencialismo, visto que somente os programas de distribuição de renda não são suficientes para modificar a situação do país. Tampouco seria a aplicação da meritocracia capitalista, que defende a abertura do mercado para quem quiser participar livremente (neoliberalismo), como se as condições de participação fossem iguais e disponíveis a todos.

A questão da desigualdade brasileira encontra-se, seguindo a perspectiva e as interpretações abordadas nesse artigo, além das explicações que culpam o Estado Patrimonialista e Personalista pelo atraso do país, ou da condenação prévia do comportamento cordial da população. De fato, as análises de Gilberto Freyre e Florestan Fernandes esclarecem certos *preconceitos* relacionados à história brasileira, desmistificando as causas das desigualdades e as consequências das contradições sociais. Pierre Bourdieu, Charles Taylor e Jessé

Souza apresentam alguns *pressupostos* teóricos ao esclarecer como se formam os padrões de conduta incorporados às classes sociais, mantendo e reproduzindo as condições desiguais da sociedade. Enfim, uma possível compreensão crítica das desigualdades brasileiras pressupõe superar os preconceitos ideológicos e compreender os pressupostos microssociais que, vinculados aos fatores macrossociais, também contribuem para sustentar as polêmicas e controversas divisões presentes na sociedade (ralé, batalhadores, classes média e alta), construídas ao longo da história do Brasil.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **O desencantamento do mundo**: estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo: Perspectiva, 1979.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalianas**. Trad. de Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. Trad. de Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

DESCARTES, R. **Discurso do Método**: Trad. de J. Guinsburg e Bento Prado Jr. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores).

- DURKHEIM, E. **Sociologia**. Org. de J. A. Rodrigues. Trad. de Laura Natal Rodrigues. São Paulo: Ática, 1978. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.
- FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympo, 1985.
- FURTADO, Celso. A formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001
- FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- GIDDENS, A. **Política, Sociologia e Teoria Social**: encontros com o pensamento clássico e contemporâneo. Trad. de Cibele Saliba Rizek. São Paulo: Unesp, 1998.
- HUME, D. **Investigação sobre o entendimento humano**. Tradução Antonio Sérgio. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Coleção Os Pensadores)
- KANT, Immanuel. **Resposta à pergunta**: Que é Esclarecimento? Tradução Floriano de Sousa Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MARX, Karl. **História**. São Paulo: Ática, 1983. Coletânea e Trad. de Florestan Fernandes. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- MEDEIROS, Maria de Lourdes. Populismo ou medo da maioria? Como transformar em tolice as razões da massa. In: SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.
- SOUZA, Jessé. **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- SOUZA, Jessé; GRILLO, André. et al. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.
- SOUZA, Jessé; ARENARI, Brand. et al. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.
- TAYLOR, Charles. Seguir uma regra. In: TAYLOR, Charles. Argumentos filosóficos. Trad. de Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- WEBER, Max. **Max Weber**: sociologia. Gabriel Cohn (Org.), Trad. de Amélia Cohn e Gabriel Cohn. São Paulo: Ática,

1979. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Trad. M. Irene e Tamás Szmrecsányi. São Paulo: Pioneira; Brasília: Ed. UnB, 1981.